



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

ANNY LARISSA LEITE

FORTES DE PAPEL: ARQUEOLOGIA DOCUMENTAL DE
UM PROJETO MILITAR

LARANJEIRAS

2018

ANNY LARISSA LEITE

FORTES DE PAPEL: ARQUEOLOGIA DOCUMENTAL DE
UM PROJETO MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso sob a forma de artigo científico para a publicação na *Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia*, da PUC-GO, apresentado ao Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arqueologia, sob orientação do Prof. Dr. Leandro Domingues Duran.

LARANJEIRAS

2018

FORTES DE PAPEL: ARQUEOLOGIA DOCUMENTAL DE UM PROJETO MILITAR*

Anny Larissa Leite*

Resumo: Apesar da falta de remanescentes físicos que demonstrem o potencial de Sergipe referente à arquitetura militar pretérita, documentos históricos, sejam eles textuais e/ou iconográficos, revelam que este Estado foi palco de diversos conflitos bélicos nos séculos passados. Neste artigo foi abordado, em específico, um plano de fortificação elaborada para a Barra do Cotinguiba no início do século XIX. Ele foi analisado sob a ótica da Arqueologia Documental, demonstrando a potencialidade desta abordagem em analisar não apenas as estruturas militares que foram de fato construídas, mas também a materialidade que ficou restrita apenas às ideias de seus autores.

Palavras-chave: Arqueologia Documental. Fortificações. Arqueologia Histórica. Arqueologia Bélica. Arquitetura Militar.

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo as fortificações¹ brasileiras foram tratadas pelas instituições públicas memorialistas como uma das principais tipologias representativas de um patrimônio histórico edificado tido como fundamental no processo de construção de uma memória estatal nacional. Segundo Almeida (2007), tal importância se deveria, de um lado, pelo papel desempenhado por essas estruturas na construção e manutenção do próprio espaço territorial do atual Estado Nacional brasileiro e, por outro, pela natureza peculiar desse mesmo tipo de partido arquitetônico que, já a partir

* Agradeço, primeiramente, a minha mãe, a pessoa mais forte desse mundo e o meu maior exemplo de mulher, te amo demais mãe! Agradeço ao meu orientador Leandro por toda a paciência, oportunidade e aprendizado em todos esses anos da minha graduação, sem ele não teria conseguido, muitíssimo obrigada! Aos meus amigos e aos meus irmãos pelos momentos de raiva, alegria e descontração. Agradeço também ao meu namorado Renan, por sempre me incentivar a ser uma pessoa melhor e bem-sucedida. E, finalmente, aos meus animais (Bily, Átila e Belinha), por todo amor incondicional.

* Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail:

anny_larissa@yahoo.com.br

da primeira metade do século XX havia se transformado em uma reminiscência de uma prática bélica ultrapassada. Já em 1926, políticas públicas de valorização da arquitetura militar histórica foram desenvolvidas no estado da Bahia, quando a Inspetoria de Monumentos Nacionais da Bahia realizou trabalhos de restauração no forte de Monserrate, localizado em Salvador, garantindo-lhe o título de ser o primeiro edifício militar a receber este tipo de trabalho (CASTRO, 2013).

Outro órgão empenhado na implementação de políticas de preservação patrimonial das fortificações históricas foi o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que, desde a sua criação em 1936, sob a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), direcionou o foco das suas políticas preservacionistas para o patrimônio edificado, instaurando o que Tânia Andrade Lima chamou de “política de pedra e cal” (LIMA, 2001), marcada pela supervalorização das estruturas arquitetônicas como “os monumentos religiosos, militares e civis das classes dominantes” (LIMA, 2001, p. 55), em detrimento dos sítios arqueológicos pré-históricos e dos remanescentes dos segmentos sociais menos favorecidos, como quilombos e senzalas, por exemplo. Tal postura criou um regime específico, seletivo e elitista que assegurou o direito à permanência, manutenção e salvaguarda da memória e identidade de apenas uma pequena parcela da população brasileira (LIMA, 1988; 1993; 2001; SANTIAGO, 2015).

Uma das ações realizadas em prol das fortificações que foi executada pelo SPHAN, além de assegurar a preservação e restauração de diversas fortificações, foi a abertura de espaço em sua revista para a divulgação do conhecimento sobre alguns destes equipamentos militares. Em geral esses trabalhos foram motivados pela preocupação com o arruinamento e esquecimento dessas estruturas, tendo como objetivo principal incentivar e fornecer o suporte necessário ao tombamento destas estruturas por parte do Estado brasileiro (DURAN; RAMBELLI, 2015).

A arqueologia também incluiu as fortificações em seus trabalhos, sendo os estudos iniciais organizados por Marcos Albuquerque no território do estado de Pernambuco em 1971, quando empreendeu trabalhos de levantamento e escavação da fortificação do Arraial do Bom Jesus (ALBUQUERQUE, 1971 apud. LIMA, 1993). Esses primeiros estudos se encaixam na proposta de uma arqueologia da restauração ou arqueologia da arquitetura que foi defendida de forma programática por Veleza

Lucena e Marcos Albuquerque em um texto referencial de 1974, e que ajudou na construção das bases de uma arqueologia histórica no Brasil (LIMA, 1993).

Seguindo os referenciais teóricos do histórico-culturalismo, Marcos Albuquerque continua sendo um dos principais nomes relacionados aos estudos em fortificações, principalmente no Nordeste, tendo realizado pesquisas arqueológicas em sítios como o Forte do Brum (Albuquerque, 2007), a Fortaleza São José de Macapá (Albuquerque, 2008) e o Forte Orange (Albuquerque, 2007; 2009), contribuindo para a compreensão das diferentes cronologias construtivas dessas estruturas arquitetônicas e para construção de um conhecimento complementar às narrativas históricas sobre a vida cotidiana ali desenvolvida.

Outro pesquisador que se dedicou a essa temática e acrescentou à discussão o trabalho com sítios subaquáticos foi Paulo Fernando Bava de Camargo que, em sua dissertação de mestrado, abordou a fortificação da ponta da Trincheira (SP) a partir de uma interpretação crítica sobre a eficácia militar dessa estrutura, além de levantar questões relativas ao papel simbólico da mesma (BAVA DE CAMARGO, 2006). Além deles, Parellada (2013), apesar de reforçar a importância dos estudos sobre a arqueologia dos conflitos e da guerra para melhor entender as relações sociais estabelecidas no Brasil Colônia, discorre sobre algumas ações de povoamento do Estado do Paraná e seus sistemas defensivos, tendo como base a documentação histórica e alguns dados arqueológicos descritivos, porém sem realizar maiores reflexões interpretativas sobre o assunto.

Oliveira e Funari (2013), ao abordarem os aspectos defensivos presentes no município de Paraty/RJ, mais especificamente, a iconografia e as inscrições numéricas presentes em canhões ainda existentes nos sítios de Tapera e Ponta Grossa, conseguiram elucidar a proveniência de tais peças. Essas análises demonstraram que o sistema defensivo brasileiro assumiu o papel de receptor de equipamentos obsoletos vindos das potências europeias, reforçando a marginalidade em que estava inserida o Brasil, não só em termos sócio-políticos, mas também militares. Uma abordagem mais interpretativa das estruturas militares pode ser observada em Souza (1995), onde o autor defende o estudo das fortificações sob a ótica da análise da paisagem, uma vez que ela pode revelar muitos dos aspectos sociais e culturais ali vividos.

Desta forma, estudos sob a ótica da Arqueologia militar ou dos conflitos são importantes pois abordam os sítios arqueológicos militares não apenas em relação aos confrontos bélicos que por ventura tenham sido travados, mas também como produtos “inerentes aos projetos dominantes” (LINO; FUNARI, 2013, p. 17) e, portanto, reflexo e palco de diferenciações e interações sociais, culturais e econômicas (LINO, 2011; LINO, FUNARI, 2013).

Fica claro, portanto, a importância e riqueza de informações ligadas à arquitetura militar, alvo de ações patrimonialistas e estudos acadêmicos. No entanto, o panorama presente no Estado de Sergipe é totalmente oposto ao da conjuntura nacional, uma vez que inexistem quaisquer vestígios patrimonializados de estruturas fortificadas; mais ainda, no que se refere aos estudos históricos sobre a temática, pouquíssimos trabalhos contêm dados, mesmo limitados, a respeito das diferentes arquiteturas militares que, em diferentes momentos, já fizeram parte da paisagem sergipana. Exemplos desses estudos são os trabalhos de Teles e Barreto (1919), Araújo (1967), Almeida, (1973; 1984), Freire (1977), Subrinho (1987), Nunes (1989; 1996; 2006), Franco (1999), Santana (2008) e Castro (2009b).

Se por um lado a importância e vantagens da conquista e exploração das terras sergipanas por parte dos europeus são apontadas, por outro as estruturas fortificadas, essenciais para o sucesso destes processos, recebem atenção escassa. Elas são brevemente mencionadas quando são apontados os contextos em que foram edificadas, limitando-se, basicamente, aos episódios da criação da cidade de São Cristóvão marcando o controle português em território sergipano, e às batalhas travadas durante a invasão holandesa, que culminaram na devastação do território por essas tropas. As outras informações disponibilizadas restringem-se apenas à localização, ano de edificação e eventual destruição, bem como os personagens históricos envolvidos nestes processos.

Os dados disponibilizados pela historiografia sergipana são limitados e constituem, basicamente, simples reproduções de informações já abarcadas em produções anteriores, não existindo, portanto, esforços na construção de interpretações específicas no que se refere a seu caráter tecnológico e arquitetônico. O historiador Adler Homero Fonseca de Castro é uma exceção à regra. Em 2009², ele empenha-se na abordagem contextual e técnica de todas as estruturas fortificadas existentes em Sergipe desde tempos coloniais até o Império, utilizando-se, também,

de mapas históricos para demonstrar a existência e representação da arquitetura militar naquele território.

A partir da análise da historiografia oficial e dos documentos históricos presentes em acervos de Arquivos Públicos, fica claro que há documentação tanto textual quanto imagética, que fazem alusão à existência de uma arquitetura militar no território sergipano em distintos períodos, no entanto, não foram empreendidos maiores esforços na construção memorial destas estruturas. Essa exclusão cria a falsa impressão da inexistência e até mesmo insignificância de contextos bélicos em Sergipe, quando na verdade este território foi teatro de operações bélicas travadas em episódios históricos importantes, atendendo aos interesses de distintos segmentos da sociedade: nativos, europeus e brasileiros.

As fortificações erguidas no estado sergipano não assumiram um caráter monumental, sendo formadas por estruturas de menores dimensões e, provavelmente, de faxina³. Esse cenário auxilia na perpetuação da paisagem militar esquecida, excluída da memória coletiva nordestina. Sendo assim, faz-se necessário a exploração do potencial que a conjuntura sergipana oferece, bem como a produção de uma análise arqueológica voltada para uma qualificação prévia da arquitetura militar flúvio-marítima que marcou a paisagem de Sergipe em tempos pretéritos.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Em termos metodológicos, a presente pesquisa esteve pautada em diretrizes estabelecidas pela Arqueologia Histórica proposta por Orser (1992), em específico, o uso de múltiplas fontes de informação como os artefatos, as estruturas, a arquitetura – acadêmica e/ou vernácula-, os documentos escritos de caráter primário e secundário, e os pictóricos – fotos, mapas, desenhos e pinturas. Essa proposta foi aplicada a fim de viabilizar uma maior diversidade e complementariedade entre as diferentes fontes abordadas, ampliando-se as possibilidades interpretativas à nossa disposição. No caso deste trabalho, a proposta de Orser é particularmente importante, considerando a natureza das fontes primárias aqui priorizadas: documentos textuais e iconográficos. A utilização das fontes históricas em conjunto com as arqueológicas, de forma equitativa, tem mostrado resultados altamente satisfatórios, uma vez que com esse recurso é possível realizar a confrontação das fontes e/ou

complementariedade entre ambas (Funari, 2002; 2010; Gaspar, 2003), dando suporte para interpretações com maior carga de fidedignidade (Funari, 2010).

Dentro dessa perspectiva, a proposta da “Arqueologia documental” de Beaudry (1988a), se destaca como o referencial teórico-metodológico que norteia esta pesquisa, podendo ser caracterizada como uma análise e interpretação da cultura material pretérita a partir da sua representação em documentos históricos de cunho textual e/ou iconográfico, e não necessariamente através do objeto em si. Sendo assim, essa proposta lança o arqueólogo especificamente às fontes documentais, sem a inclusão das relações de complementariedade com dados materiais em si, uma vez que a cultura material é interpretada a partir do próprio documento histórico.

Beaudry (1988a), dentro da proposta da “arqueologia documental”, sugere que as fontes de informações de caráter documental sejam inseridas nos trabalhos da mesma forma que os remanescentes arqueológicos. Concordo com a autora, visto que ambas as fontes foram significantes na construção de identidades pretéritas (JONES, 2005). Além disso, os registros documentais possuem a capacidade de disponibilizar grandes quantidades de informações em um curto período de tempo (STONE, 1988), acessar as classificações êmicas, e não apenas éticas, da cultura material abordada, demonstrar aspectos sociais, simbólicos e econômicos da cultura material, bem como suas dimensões funcionais (BEAUDRY, 1988b; BROWN III, 1988). A cartografia histórica, em especial, é fundamental na localização de possíveis sítios arqueológicos, na demonstração dos processos de desenvolvimento de cidades, de mudanças topográficas e padrões de assentamentos (SEASHOLES, 1988), reforçando o pensamento de Burke (2008) em que vê como ato errôneo o uso das imagens meramente enquanto complemento e comprovação das fontes textuais, uma vez que, em algumas ocasiões, elas nos proporcionam dados que a documentação textual não é capaz de oferecer.

Assim sendo, pretende-se, aqui, atender ao chamado de Stone (1988) para a importância e necessidade de maior inclusão desse tipo de fonte nos estudos da Arqueologia Histórica, uma vez que a cultura material nem sempre sobrevive em contextos arqueológicos, mas pode estar representada nos registros documentais.

Do ponto de vista metodológico, para a devida análise iconográfica, utilizamos, também, algumas das regras propostas por Burke (2008) para uma análise crítica da “cultura visual”. A filiação/tradição cultural e regras de representação em que os

autores estão envolvidos deve ser levada em consideração, uma vez que tal fato justifica algumas das características presentes na imagem. Ainda segundo este autor, a alta presença de detalhes em uma imagem possui maiores chances de referir-se à representação da realidade do que ser fruto da licença poética do artista. É preciso, também, ficar atento às possibilidades de manipulações das imagens, criando representações que não condizem com a realidade. Possuir mais de uma imagem é um ótimo recurso para as análises dos pesquisadores que se propõem a estudar este tipo de fonte documental, sendo possível confrontá-las e perceber detalhes importantes para a criação de interpretações. Além disso, deve-se levar em consideração os diferentes contextos das imagens, ou seja, as circunstâncias em que ela estava originalmente exposta, bem como a sua conjuntura política, social e cultural.

A cartografia histórica também foi alvo de outra ferramenta metodológica, o geoprocessamento. Este trabalho foi realizado por Airton Ferreira Nascimento que, para a obtenção de resultados provenientes deste processo, realizou séries de etapas sucessivas utilizando o *Google Earth Pro*, o *Global Mapper* versão 15.0. e o *QGIS* versão 2.18.16. Segundo Nascimento (2018), a cartografia histórica⁴, em conjunto com imagens de satélite da área de interesse obtidas no *Google Earth Pro*, foram georreferenciadas⁵ através do *software Global Mapper* e, em seguida, os *rasters* resultantes deste processo foram inseridos no *QGIS* a fim de vetorizar os locais de interesse para a pesquisa. O produto da vetorização passou por processos de sobreposição em conjunto com as imagens de satélite originando, finalmente, o resultado final (NASCIMENTO, 2018).

AS FORTIFICAÇÕES SERGIPANAS

O cenário de escassez de informações já comentado dificulta a visualização da paisagem militar criada nas terras sergipanas durante os séculos passados. No entanto, mesmo com os poucos dados disponibilizados nas fontes secundárias e primárias é possível ter conhecimento sobre alguns dos aspectos referentes a tais estruturas como, por exemplo, os contextos e locais em que foram edificadas, bem como suas funcionalidades.

A primeira fortificação de que temos notícia é oriunda da conquista de Sergipe, em 1576, sob o comando de Garcia D'Ávila, em resposta à resistência dos nativos.

Na ocasião, foi erguida uma povoação, provavelmente fortificada, que segundo Freire ficava “a três léguas da barra do rio Real” (1977, p.76) e, de acordo com Castro “a aproximadamente 18 km da foz do Vasa Barris” (2009b, p. 268). Cronologicamente, o segundo relato da presença de uma estrutura fortificada erguida pelos europeus foi após a derrota dos nativos comandados pelo chefe *Baepeba/Mbapeva/Boepeba* (SUBRINHO, 1987; NUNES, 1996; 2006; SANTANA, 2008; CASTRO, 2009b). A presença francesa nas terras sergipanas também era um fato que muito incomodava a Coroa, sendo assim, uma feitoria ou fortaleza pertencente aos franceses, localizada em *Aracaju* na margem direita do rio Sergipe também foi alvo das investidas das tropas de Cristóvão de Barros que dela se apossaram e, muito provavelmente, a destruíram (BARRETO, 1919).

Após a eliminação maciça dos nativos supracitados, em 1590, Cristóvão de Barros funda o arraial denominado São Cristóvão, porém, há divergência de opiniões quanto à característica da estrutura fortificada implantada. Se por um lado há a classificação da fortificação enquanto uma “cidade-forte” (NUNES, 1989; 1996; 2006; SANTANA, 2008), há também relatos sobre ter existido um forte e um arraial (BARRETO, 1958; FREIRE, 1977; SUBRINHO, 1987), ou seja, a dualidade de classificação nos leva a imaginar características distintas para ambas. Enquanto a primeira diz respeito a uma única estrutura fortificada onde os locais de moradia e proteção estavam incorporados, a última constitui duas construções em locais distintos, porém relacionadas. No entanto, é de comum acordo que esta fortificação esteve localizada “sobre um istmo⁶ que forma a barra do rio Poxim, junto à foz do rio Sergipe, hoje Cotinguiba” (FREIRE, 1977, p. 83), provavelmente no local denominado “Sítio da Rapoza”, mencionado por Porto (2011), atualmente pertencente ao território da cidade de Aracaju (NUNES, 1989).

A funcionalidade deste forte era a de proteção da povoação a ele associado (BARRETO, 1958) e da Barra em que estava inserido (MORENO, XVII), erguendo-se em uma região de fácil passagem terrestre para a capitania de Pernambuco. No entanto, segundo alguns historiadores, por estar em posição desfavorável para a observação de embarcações que adentrassem a barra e pela inviabilidade de maior segurança contra eventuais ataques de inimigos, decidiu-se pela mudança da povoação para uma localidade que suprisse tais necessidades. Sendo assim, na primeira década do século XVII, São Cristóvão é transferida para “[...] quatro léguas a

dentro da enseada do Vaza-Barris, na confluência que ele faz com o Paramopama” (NUNES, 2006, p. 142), onde foram construídos edifícios de extrema importância para o aglomerado humano, como o forte e a igreja (FREIRE, 1977).

Adler Homero Fonseca de Castro (2009b) faz menção, também, ao Forte da Passagem, mandado construir pelo Governador Geral D. Diogo de Menezes, que esteve localizado na foz do Rio São Francisco, com datação anterior à segunda década do século XVII. Informações de caráter técnico são dispostas pelo autor que, a partir da análise da iconográfica constata que ele é:

quadrangular com meios baluartes, todo feito de alvenaria, tendo uma casa-forte ao centro e troneiras nos muros -um indicativo de que não teria reparo, isto é, entulho interno para proteção contra tiros de artilharia; era tudo cercado por um fosso aquático e uma linha de paliçadas (CASTRO, 2009b, p. 269).

Devido à ausência de informações a respeito desta fortificação, até mesmo durante a invasão holandesa, Castro (2009b) acredita que a história da construção possuiu curta duração.

Assim como em outras regiões do Nordeste, a capitania de Sergipe também foi palco das atividades dos holandeses, tendo como algumas das razões motivadoras os seus inúmeros rebanhos de gado, sua posição estratégica entre Salvador e Pernambuco e as possíveis minas (BARLÉU, 2005; ARAÚJO, 1967). Uma das atitudes para assegurar a exploração foi a construção de um reduto, provavelmente em 1637, na Vila Nova do São Francisco, atual município de Neópolis; em frente ao Forte Maurício situado na cidade de Penedo (AL) (CASTRO, 2009b). Este reduto recebe a nomenclatura *Keert de Koe*⁷ e pretendia controlar o acesso ao rio (FREIRE, 1977; NUNES, 1996; CASTRO, 2009b). Segundo Barreto (1958), em 1645 os portugueses ocuparam esta fortificação e a destruíram, deixando de existir neste mesmo ano (CASTRO, 2009b).

Deste lado sergipano do rio São Francisco, próximo ao reduto supracitado, os holandeses também edificaram um fortim de madeira (FREIRE, 1977; NUNES, 1996), que aparece com o nome de *Houte Wambis* nos mapas *Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama* e *Praefecturae Paranambucuae pars Meridionalis*, ambos de autoria de Joan Blaeu e Georg Marcgraf e com data de 1647. Essa construção estaria sob uma elevação e destinava-se a auxiliar o Forte Maurício (CASTRO, 2009b). No mapa de Georg Marcgraf, também de 1647, esta edificação fortificada está intitulada como *Thorax ligneus* (couraça de madeira). Segundo Castro (2009b), conforme está exposto na cartografia histórica, o fortim era quadrado e

possuía dimensões pequenas, contendo dois baluartes e plataformas de artilharia, “[...] o conjunto todo parecendo ter 65 metros de largura entre os ângulos salientes, mas o corpo central possuía apenas 30 metros de largura” (CASTRO 2009b, p. 270). Ainda segundo este autor, de acordo com a análise iconográfica, é possível afirmar que existia uma casa do lado interno da edificação, o que estaria de acordo com as informações apresentadas por Nassau, que também informou a presença de “três peças de calibre 6 libras” (CASTRO, 2009b, p. 270).

Os holandeses, após perceberem a importância estratégica da ocupação maciça do território sergipano que, se bem gerido e fortificado, seria capaz de tornar extremamente difícil as investidas dos portugueses nas possessões holandesas no rio São Francisco, empenharam-se em realizar a colonização deste território (FREIRE, 1977), avançando além da região do Rio São Francisco. Sendo assim, em 1641, Nassau e as tropas holandesas empreenderam ações de ocupação, especificamente nos rios Real e Vaza-barris. Uma delas foi a implantação de um fosso aquático em torno da vila de São Cristóvão, bem como o entrincheiramento de uma igreja desta povoação e a implementação de um arsenal (BARLÉU, 2005; CASTRO, 2009b). Outro ponto, caracterizado como sendo um fortim por Matheus Van Den Broeck, foi edificado pelos holandeses na barra do Vaza-barris, em 1641, sob o comando de Andréas, governador do Forte Maurício (NUNES, 1989).

Algumas edificações, inseridas no contexto do Império, também são mencionadas. Castro (2009b) menciona duas estruturas que foram citadas pelo imperador Pedro II em seu diário de viagem, quando ele visitou a Província de Sergipe Del Rei, em 1859. Uma delas é a bateria de Vila Nova – atual município de Neópolis –, e a outra é o Fortim Ponta do Aracaré, também em Neópolis/SE, provavelmente datando da época da Independência (CASTRO, 2009b). Essas construções, certamente, foram fruto de iniciativa local, estando ambas ausentes da relação das fortificações do Império de 1829 (CASTRO, 2009b).

Quando a Capital da província já estava instalada em Aracaju, questões relacionadas à defesa do território foram abordadas. Em um documento datado de 26 de janeiro de 1863, presente no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), o Capitão do Porto da Província, Joaquim Moreira Guerra chama a atenção para o problema da inexistência de fortificações em toda a Província, e avalia criticamente as

possibilidades de serem assentados equipamentos militares em diferentes vias aquáticas:

[...] Em todas estas barras do lagamar para dentro a navegação é feita em canal estreito, sujeita a tiro de mosquete, as margens de areia fina e solta elevão-se tres péz acima do nivel das maiores marés, e nellas pode assentar-se artilharia grossa sobre plataforma de madeira entrincheiradas por barbetas ou parapeitos fachinados com troncos de coqueiros, que muito abundão nas proximidades das barras e nas margens dos canaes. A Provincia não tem em sua costa, nem em seus portos fortificação, bem como julgo que não possuir[...]alguma de Artilharia á excepção de úma coronada de calibre nove Inglez, que serve para tiros de signaes d'esta Capitania e para a qual não existe esfucu? Alguma de projectil de guerra. [...] (APES, G¹ 2006).

Em 1865, dois anos após a confecção do documento acima mencionado, uma fortificação, denominada “Reduto/Forte Tramandaí” localizada na Barra do Cotinguiba, em Aracaju, foi pensada para a província, motivada pelo receio de ataques provenientes de nações estrangeiras e para servir como auxiliar no policiamento do ancoradouro e da barra do Cotinguiba⁸. Segundo Castro (2009b), na ocasião, algumas peças de artilharia foram doadas pelo Ministro da Guerra e pelo Governo da Bahia. Este autor acredita que sua construção não foi concretizada.

É possível que Adler Homero Fonseca de Castro esteja correto, uma vez que, em relatório apresentado pelo presidente da província, é alegada a inutilização da quantia de 800\$000 que foi arrecadada com a finalidade de ser aplicada na construção desta obra, e a inexistência de edifícios fortificados em Sergipe, ficando a cargo da natureza a defesa das barras do território sergipano.

O Projeto De Fortificação Da Barra Do Cotinguiba

Com todas estas informações fica claro que, apesar do pequeno espaço territorial, a história de Sergipe apresenta capítulos importantes relacionados a ações militares. No entanto, com exceção de Castro (2009b), nenhum outro pesquisador lançou maiores esforços para estudar de forma mais apurada as diferentes estruturas fortificadas que foram erguidas para a consolidação do espaço sergipano como hoje o conhecemos.

Segundo Castro (2009b), Sergipe só teria passado por um plano de fortificação a partir de 1865. No entanto, levantamentos mais detalhados junto ao acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e ao acervo digital do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), indicam que antes desse período teria havido um primeiro grande plano de fortificação para a Barra do Cotinguiba. Isso pode ser identificado, por

exemplo, através do *Mapa Topográfico da Província de Sergipe Del Rei*, com data de 1825⁹ e de autoria de João Julião Gonnet, presente no AHEX, onde há a representação genérica da presença de um reduto na Barra do Cotinguiba. Dentro do mesmo acervo, em mapa de mesmo título e também do mesmo autor, a representação deste mesmo reduto no Cotinguiba é repetida. Por fim, na *Planta da Barra do Cotinguiba*¹⁰, também de João Julião Gonnet e de data aproximadamente entre 1823 e 1824¹¹, redescoberto por nós na mapoteca do APES, há um detalhamento ainda maior do que seria esse projeto.

Segundo Almeida (1973), em documento anexo a este mapa há um detalhamento da barra representada, no entanto, não existe qualquer descrição ou explicação das estruturas arquitetônicas ilustradas. A autora relata que neste documento também é abordada a questão da conveniência que as dificuldades e perigos presentes na Barra da Cotinguiba proporcionam à segurança do local contra eventuais inimigos, mas que podem ser sanadas quando estes possuem um bom guia, portanto, é apresentado um plano de fortificação para o local¹².



Figura 1: Detalhe do Mapa Topográfico da Província de Sergipe Del Rei, 1825.



Figura 2: Detalhe do Mapa Topográfico da Província de Sergipe Del Rei.



Figura 3: Planta da barra do Cotinguiba, 1823-1824. Foto: Anny Larissa Leite.

ANÁLISE CRÍTICA DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

De um modo geral, documentações históricas, em conjunto com trabalhos de arqueologia, possuem a importante capacidade de elucidar dados sobre edificações que não conseguiram resistir às ações do tempo, atestando não apenas a sua existência, mas, também, auxiliando na identificação dos seus locais de construção (UESSLER, 2007; ALBUQUERQUE, 2008). Apesar da ausência de documentos históricos textuais e de remanescentes físicos que demonstrem a existência de obras fortificadas dispostas na barra do Cotinguiba no século XIX, é possível visualizá-las em pelo menos três mapas históricos.

Desta forma, este tipo de registro documental é de extrema importância e utilidade em estudos que se dispõem a utilizá-lo como fonte e objeto de pesquisa. Ele “substitui, esclarece e, por vezes, ocupa lacunas de entendimento não elucidadas pela pesquisa em outras fontes documentais. É a imagem que se comunica” (ANDRADE, 2012, p. 288). No entanto, os mapas históricos não devem ser abordados apenas como representações reais do espaço geográfico, mas enquanto construções sociais, repletas de discursos e intencionalidades, sendo indispensável, portanto, o uso de análises críticas para sua compreensão (SEASHOLES, 1988; BURKE, 2008; PONTES; OLIVEIRA, 2008; MARTINS, 2015).

Portanto, faz-se pertinente levar em consideração alguns aspectos sobre João Julião Gonnet. Ele foi tenente de infantaria de 1º linha nos exércitos da França e adquiriu formação em arte militar na escola militar Saint Cyr, também na França, seu país de origem (PORTO, 2011). Fazia parte, portanto, de um grupo seleto de indivíduos que possuíam conhecimentos especializados indispensáveis para o Estado na gestão das possessões, realizando projetos e descrições dos territórios abordados e atuando em trabalhos de mapeamento e obras públicas (BUENO, 2004; 2011a). Sendo assim, os engenheiros militares, indivíduos dotados de conhecimento científico, “projetam e espacializam desígnios políticos” (BUENO, 2011a, p. 13). Ainda segundo esta autora, eles também faziam uso de séries de normas e convenções pré-definidas, a fim de uniformizar e sistematizar a cartografia.

O conteúdo do plano de João Julião Gonnet é fruto de conhecimentos técnicos que agregam confiabilidade não apenas à morfologia das fortificações representadas,

mas também ao modo como elas foram inseridas no território a ser defendido. O modo como este plano de defesa está disposto encontra justificativa nas características ambientais pretéritas da Barra do Cotinguiba que, apesar da sua indiscutível importância para a economia sergipana no século XIX (SILVEIRA, 1825; apud., ALMEIDA, 1984; VELASCO, 1846; apud. ALMEIDA, 1973; LEITE; DURAN, 2016; 2017), continha locais que não proporcionavam cenário favorável para a navegação. Os bancos de areia e a profundidade das águas presentes nos canais norte (Barra da Saouara) e leste (entre as coroas nova e velha) quase impediam o trânsito naval nestas regiões (ALMEIDA, 1984), ficando a cargo do canal do Sul, apesar das dificuldades, a entrada para a barra do Cotinguiba (AVÈ-LALLEMANT, 1951; apud., ALMEIDA, 1984).

Sendo assim, a disposição do sistema de defesa na barra do Cotinguiba segue uma lógica perfeitamente compreensível. O “forte da ponta da mizéria” (fortificação com melhores capacidades defensivas) foi inserido no canal sul, protegendo o local de maior fluxo de trânsito naval, enquanto os redutos (edificações menos complexas) ficaram dispostos de forma à guardarem os outros pontos de acesso à barra, que eram de menor importância, auxiliando o dito forte.

Análise Arquitetônica Através Da Arqueologia Documental

Na *Planta da barra do Cotinguiba* são representadas três estruturas arquitetônicas distintas de defesa. A principal delas, apresentando as maiores dimensões e a maior complexidade morfológica é identificada como “forte da ponta da miséria¹³”, e está localizada no canto inferior direito do mapa. A referência morfológica que esta fortificação mais se aproxima é a da chamada “obra coroada” que, segundo o Tenente General Diogo da Silveira Velloso, em sua obra *Architettura Militar ou Fortificação Moderna*, de 1743, são “aquellas que tendo dous meyo baluartes nos lados, tem tambem hum ou mais baluartes inteyros no meyo[...]” (apud. OLIVEIRA, 2005, p. 256). Porém, o forte em questão contém três baluartes inteiros e simples.

A obra coroada faz parte das obras exteriores de uma fortificação, ou seja, obras de primeira abordagem construídas com o intuito de “cobrir as partes da praça principal, e consequentemente para lhe aumentar a defença” (VELLOSO, 1743 apud., OLIVEIRA, 2005, p. 255). No entanto, este propósito não se aplica ao projeto aqui

analisado, pois, o que houve foi a adaptação de uma obra externa de um sistema maior de fortificação para servir como estrutura principal.

No nosso entendimento, a escolha pela implementação desse tipo de estrutura pode ter sido influenciada, entre outros fatores, pelas características ambientais que muito dificultavam o acesso à barra do Cotinguiba (ALMEIDA, 1973; 1984), uma vez que “a localização de uma fortificação agrupada a obstáculos naturais maximizava sua força” (MIRANDA, 2008, p. 40).

Essa adequação indicaria também, em termos simbólicos, a pouca representatividade da província de Sergipe Del Rey perante o Império brasileiro, uma vez que são dispostos esforços limitados para a defesa do território, ou seja, não são construídas e/ou idealizadas fortificações completas, mas uma simples estrutura de fortificação complementar. A escolha pela implementação de um sistema fortificado pouco complexo também recai sobre o governo sergipano, pois, segundo Castro (2015), a estrutura militar baseada na “privatização” da defesa, que consistia em “deixar as responsabilidades militares a cargo de cada capitania” (CASTRO, 2015, p. 110), perduraria até o ano de 1831.

A artilharia do forte representado por João Julião Gonnet possui três bocas de fogo sobre carretas de campanha. Há, também, a presença de, provavelmente, 8 canhoneiras¹⁴ dispostas ao longo da estrutura, excluindo, portanto, a utilização de um parapeito à barbeteia¹⁵. A clara discrepância entre o número de canhoneiras e as peças de artilharia representadas parece indicar a preocupação em garantir diferentes ângulos de tiro para os poucos canhões ali assentados, compensando o baixo número de unidades com uma maior mobilidade locacional, algo que seria de se esperar em estruturas bélicas mantidas por Estados com baixos recursos financeiros.

A obra vai além dos traços abaluartados que o autor caracterizou como sendo o “forte da Ponta da Mizéria”; construções, que não estão em seu interior, constituem conjunto necessário para sua devida operacionalização. Nesse sentido, vários objetos esféricos dispostos lado a lado circundam a fortificação e, muito provavelmente, seriam estacas de troncos de coqueiros destinadas a proteger as construções contra a maré e ataques de inimigos. Além disso, há, também, o quartel do comandante, instalado em área adjacente à obra fortificada; tal localização é de extrema importância para nossa análise na medida em que isso só se justifica se considerarmos que as dimensões da fortificação impediam sua alocação em seu

interior. Devido a atual degradação do documento, o mapa original do APES não nos permite visualizar com clareza as dimensões deste quartel, portanto, utilizamos a reconstrução disponibilizada por Almeida (1894) para recompor trechos atualmente faltantes, considerando que a autora possuiu a oportunidade de ter acesso a um documento mais completo por estar, então, mais preservado.

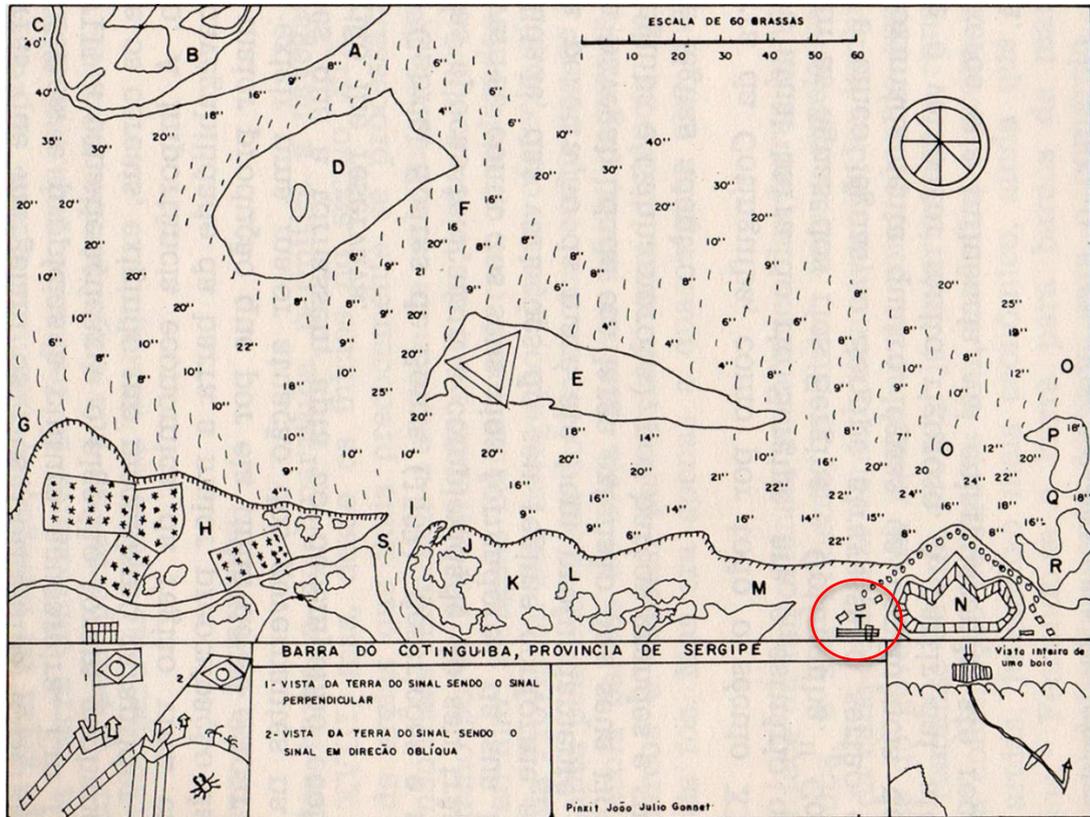


Figura 4: Planta da Barra do Cotinguiba. Fonte: Almeida (1894).

Analisando as características do terreno em que esta obra está inserida, percebemos a presença de dois conjuntos de tracejados, indicando aclaves com uma plataforma entre eles, deixando o local em que estão dispostas a artilharia em nível altimétrico mais elevado. Na Planta Hidrográfica da Barra do Porto de Aracaju, de 1894 e autoria do Capitão de Mar e Guerra Francisco Calheiros da Graça e do 1º Tenente Ludgero Bento da Cunha Motta, há a representação de um local com características topográficas que muito se assemelham à morfologia desta fortificação e parecem indicar a existência de uma conformação natural que deveria ter servido de base para a fortificação. No centro da porção traseira da fortificação, apesar do dano existente no mapa nessa área, é possível perceber uma reentrância, certamente a representação da envasadura destinada a servir como porta de acesso ao perímetro

interior. É muito provável que ela tenha sido elaborada para ser servida por uma escada que possibilitaria o acesso às cotas superiores planejadas.



Figura 5: Forte da Ponta da Mizéria. Foto: Anny Larissa Leite.

A relação existente entre a maneira como esta construção foi representada e o ambiente em que está inserido, é muito semelhante à sugestão do Capitão do Porto da Província Joaquim Moreira Guerra, para a implementação de fortificações na província, na segunda metade do século XIX. Na ocasião recomenda-se o aproveitamento da elevação das margens para a instalação de plataformas de madeira com artilharia grossa e a utilização de troncos de coqueiros, abundantes na área, nos parapeitos faxinados (APES, G¹ 2006).

É preciso lembrar que a edificação em questão recebeu denominações diferentes nas três cartografias históricas em que está representada, notadamente: “forte” e “reduto”. Apesar de possuir pequenas dimensões, reforçada pela presença do quartel e demais edificações destinadas ao auxílio da proteção e operacionalização da barra no lado exterior, entendemos que a obra representada não se caracterizaria enquanto um “reduto”, uma vez que não apresenta morfologia muito simples, característica deste tipo de obra, e não possui artilharia apontada para apenas uma direção (CASTRO, 2016a). Entretanto, também não é possível enquadrá-la na classificação de “forte”, pois, embora possua diversas características desse tipo de construção, não possui edificações internas, sendo formada apenas pelo terraplano

(CASTRO, 2016b). Sendo assim, por ter sido, muito provavelmente, planejada para ser erguida com materiais pouco duráveis – constituindo-se, muito provavelmente como uma edificação passageira -, por ser uma construção fechada e que possibilita a proteção de distintos ângulos do ambiente, a obra se encaixaria nos parâmetros de “fortim”¹⁶.

No lugar intitulado Croa Nova também há a ilustração de uma obra fortificada, porém com características distintas da analisada anteriormente. A legenda do mapa refere-se a ela com a denominação de “reduto da Croa Nova”, nomenclatura condizente com as características apresentadas pelo autor do documento, uma vez que atende a algumas especificações próprias desse tipo de construção: simples, fechada, de pequeno porte, possuindo a forma de um polígono regular e, geralmente, servindo de apoio a outras fortificações (ALBUQUERQUE, 1991; apud., CASTRO, 2016a). Também é comum a esse tipo de obra a presença de artilharia disparando em apenas uma direção (CASTRO, 2009a; 2016a), no entanto, não podemos aferir em relação a esse aspecto, uma vez que não há a ilustração de nenhum armamento relacionado a esta edificação.

Construção idêntica à supracitada, também denominada “reduto”, é representada na chamada barra da Saouara, região norte da barra da Cotinguiba, mais especificamente na atual Barra dos Coqueiros. A legenda do mapa indica e classifica as construções presentes na região externa desta fortificação, denominando-as de quartéis. Apesar de também haver ilustrações de construções externas ao reduto da croa nova, não há legendas que as classifique como sendo parte integrante da fortificação. Ambos os redutos possuem a forma de um triângulo equilátero¹⁷, morfologia não comumente utilizada “devido à ineficácia de seu ângulo agudo em relação à artilharia” (UESSLER, 2007, p. 16). O tracejado indicando a cive também está presente no território da Coroa Nova e na Barra dos Coqueiros, no entanto, não são inseridas na morfologia das fortificações destes locais, como acontece com o fortim supracitado.



Figura 6: Do lado esquerdo está representado o “reduto da Croa Nova” e do lado direito o “reduto da Barra da Saouara”. Foto: Anny Larissa Leite.

Se a construção dessas três fortificações foram, de fato, postas em prática, podemos afirmar que não foram utilizados materiais duráveis, como a pedra, por exemplo, pois, maiores esforços antrópicos e monetários teriam sido empregados, gerando, conseqüentemente, maior quantidade de documentação histórica tratando desse assunto, fato que não ocorre. O outro ponto que reforça a inutilização de matéria-prima mais durável é a inexistência da perpetuação de eventuais remanescentes físicos na paisagem. Sendo assim, a construção de faxina¹⁸ seria a opção mais aceitável nesse caso.

Diante do que foi exposto, fica claro que as fortificações representadas na Barra do Cotinguiba são simples e com pequenas dimensões. No entanto, os trabalhos de vetorização comparativa entre a “*Planta da Barra do Cotinguiba*”, de 1823-1824, e imagens atuais do *Google Earth Pro*, demonstraram que o engenheiro militar exagerou intencionalmente as dimensões das edificações, potencializando-as dentro de uma escala que apenas permite incluir poucos detalhes da paisagem representada. O “forte da ponta da mizéria” aparece ocupando boa parte do bairro Atalaia, localizado em Aracaju/SE, quando deveria possuir dimensões planejadas muito menores.

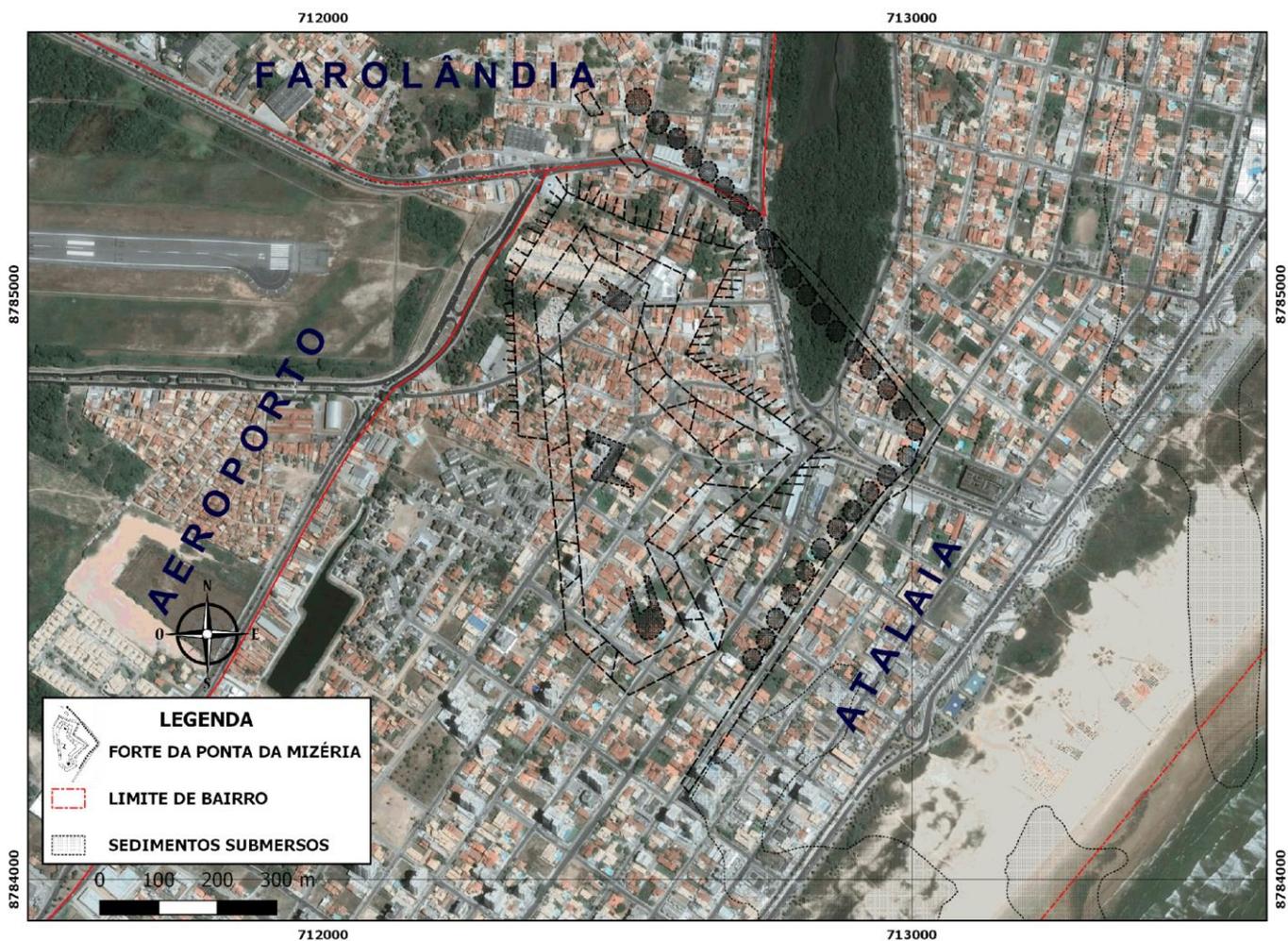


Figura 7: Vetorização com foco no “Forte da Ponta da Mizéria” (Modificado por Nascimento, 2018)

Apesar de serem edificações auxiliares, o tamanho dos dois redutos aqui analisados também são frutos do exagero do autor, mesmo que em menor escala quando comparada ao forte. Segundo Nascimento, o geógrafo responsável pela vetorização:

Essa maximização dificulta a determinação das dimensões reais, uma vez que os desenhos das estruturas geográficas (rios, linha de costa e até vegetações) estão na mesma escala das edificações, mesmo com a conversão, as dimensões exageradas se manteriam. Para que o tamanho fosse o mais real possível, seria necessário um desenho na escala real, sem exagero em um mapa compatível. (NASCIMENTO, 2018).

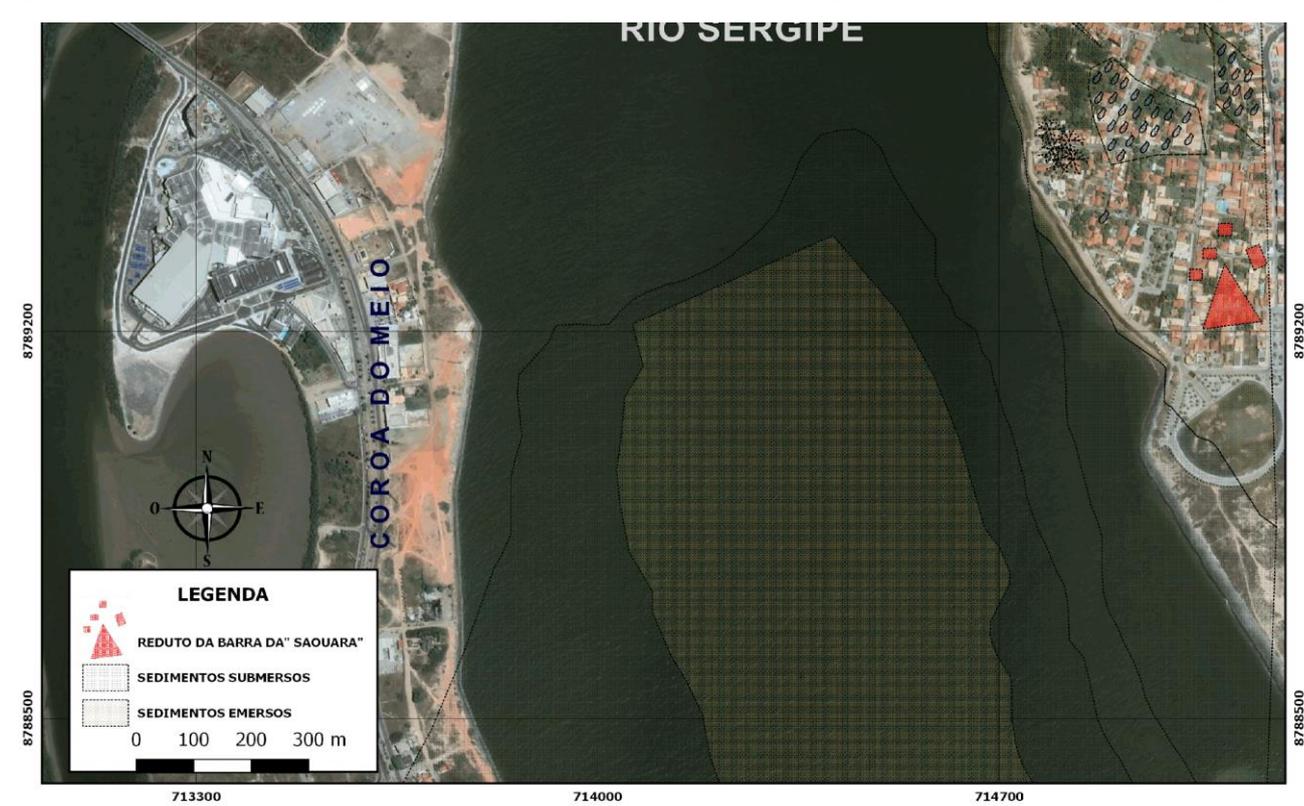


Figura 8: Vetorização com foco no “Reduto da Croa Nova” (Modificado por Nascimento, 2018)
 Figura 9: Vetorização com foco no “Reduto da Barra da Saouara” (Modificado por Nascimento, 2018)

PALAVRAS FINAIS

Com a ausência de remanescentes materiais de estruturas militares em Sergipe, a Arqueologia Documental pode ser uma ferramenta indispensável no processo de evidenciação de informações sobre este tipo de arquitetura pretérita. Porém, mais que isso, essa prática demonstrou potencial na construção de interpretações arqueológicas com base em projetos, entendendo-os como especulação êmica de uma realidade possível e intencionada, abrindo um novo universo de possibilidades interpretativas.

A análise de projetos permite ampliar nosso entendimento sobre os diferentes comportamentos sociais relacionados à atividade bélica, incluindo as realidades virtuais idealmente formuladas pelos personagens históricos envolvidos na sua confecção, que poderiam ser comparadas às “realidades” materiais efetivamente operacionalizadas. Além disso, a análise arquitetônica nos indica aspectos relacionados a tecnologia bélica idealizada e, conseqüentemente, o posicionamento hierárquico do espaço marítimo ao qual está associada. Um outro aspecto, confirmado a partir do georreferenciamento diz respeito a manipulação intencional dos elementos da cartografia, a fim de supervalorizar essas estruturas, tornando-as grandiosas perante o espaço representado, o que é uma clara evidência do valor êmico atribuído por aquela sociedade a esse tipo de “mega-artefato arquitetônico”, confirmando os argumentos de Beaudry (1988a) sobre o potencial da arqueologia documental.

Assim como a presença de determinada cultura material revela inúmeros aspectos sobre as ações antrópicas, a sua ausência, quando abordada criticamente, também pode demonstrar informações significantes, ou seja, o fato da construção do projeto de fortificações aqui abordado não ter sido efetivada não exclui a sua importância, pelo contrário, essa circunstância também é fruto de escolhas inerentes a aspectos da conjuntura social, política e econômica em que as ideias do autor estiveram inseridas. Sendo assim, a Arqueologia tem muito a contribuir no desenvolvimento e aplicabilidade de análises e interpretações referentes ao universo das paisagens idealizadas, tanto quanto no daqueles efetivamente construídas.

“FORTS OF PAPER: DOCUMENTARY ARCHEOLOGY OF A MILITARY PROJECT”

Abstract: Despite the lack of physical remnants that demonstrate Sergipe's potential for past military architecture, historical documents, be they textual and / or iconographic, reveal that this state was the scene of several warlike conflicts in the past centuries. In this article, specifically, it has been approached a fortification plan elaborated in the early 19th century. It has been analyzed from the perspective of Documentary Archeology, showing the potential of this approach in analyzing not only the military structures that were actually built, but also the materiality that was restricted only to the ideas of their authors.

Keywords: Documentary Archeology. Fortifications. Historical Archeology. War Archeology. Military Architecture.

¹ Aqui entendida enquanto “qualquer obra defensiva, permanente ou temporária” (CASTRO, 2009a)

² Refere-se ao segundo volume da obra “Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro”.

³ “Fortificação de faxina é aquela feita de terra, sustentada por telas de ramos trançados” (CASTRO, 2009a, p. 471)

⁴ Foram utilizados os mapas “Planta da barra do Cotinguiba”, de João Julião Gonnet, de 1823-184, e a “Planta Hidrográfica da Barra do Porto de Aracaju”, do Capitão de Mar e Guerra Francisco Calheiros da Graça e do 1º Tenente Ludgero Bento da Cunha Motta e com data de 1894.

⁵ Segundo Meneses, et.al. (2012), o georreferenciamento tem a finalidade de inserir nas imagens um sistema de projeção de coordenadas.

⁶ Terra que liga uma península ao continente. Parte estreita (em órgão ou cavidade). Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/istmo>. Acesso em: 30 Ago. 2017

⁷ Segundo Benjamim N. Teensma, ocorreu um erro na tradução para o português da carta de Nassau de 1638, em que é mencionado o reduto *Keert de koe*. Portanto, ele estaria situado no mesmo lado do Forte Maurício, ou seja, no lado alagoano do Rio São Francisco, provavelmente no atual povoado Potengi, município de Piaçabuçu/AL. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Keert de Koe \(forte\)](http://lhs.unb.br/atlas/Keert de Koe (forte)), acesso em: 04/02/2018.

⁸ Disponível no “Relatório com que foi aberta no dia 3 de Maio de 1864 a primeira sessão da Décima quarta Legislatura da Assembleia Provincial de Sergipe, pelo segundo vice presidente Comendador Antônio Dias Coelho e Mello. Typographia Provincial, 1864” (BR SEAPES REL V01 D11) e na “Falla com que foi aberta no dia 1º de Março de 1865 a segunda sessão da decima quarta legislatura da Assembleia Legislativa desta província pelo presidente Doutor Cincinnato Pinto da Silva. Typographia Provincial, 1865” (BR SEAPE MSG V01 D03).

⁹ Data mencionada por Mott (1986).

¹⁰ Nomenclatura utilizada por Almeida (1984).

¹¹ Almeida (1984) atribui ao mapa a data de 1823, enquanto Porto (2011) mencionada a data de 15 de Julho de 1824.

¹² A despeito dos trabalhos de pesquisa documental realizados no acervo do APES, o referido documento não pode ser encontrado, podendo mesmo ter sido perdido devido ao mal estado de conservação.

¹³ Almeida (1984), utiliza a nomenclatura “forte da ponta do mizéria”. No entanto, apesar da leitura da legenda do mapa induzir ao erro, constatamos em Porto (2011) e no Álbum de Sergipe (1820-1920), que o topônimo adequado é “ponta da miséria”.

¹⁴ Segundo Castro (2009a) é uma “abertura em um muralha ou espaldão, por onde a boca-defogo pode disparar, estando a peça e os artilheiros protegidos pela muralha. A canhoneira restringe o campo de tiro da arma” (p. 470).

¹⁵ “Plataforma ou posição de canhão sem espaldão ou canhoneira, a peça disparando por sobre a muralha. Permite um campo de fogo maior, mas deixa o canhão e o artilheiro desprotegidos” (CASTRO, 2009a, p. 470)

¹⁶ “Posição defensiva passageira, fechada e com defesa por todos os lados” (CASTRO, 2009a, p. 472)

¹⁷ A reconstrução presente em Almeida (1984) foi utilizada como base para a análise destas edificações, pois, atualmente, a versão original permite apenas a identificação de pontas em ângulo.

¹⁸ “[...]feita de terra, sustentada por telas de ramos trançados” (CASTRO, 2009a, p. 471)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia: o Forte do Brum. *Revista da Cultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 43-50, ano VII, 2007.

_____. Arqueologia da Fortaleza São José de Macapá. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 41-46, ano VIII, 2008.

_____. Arqueologia do Forte Orange. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 37-47, ano IX, 2009.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Velela. *Forte Real do Bom Jesus: resgate arqueológico de um sítio histórico*. Recife: CEPE, 1988.

ALMEIDA, Luiz Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. *DaCultura*. Rio de Janeiro, n. 11, ano VI, p. 20-23. 2007.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *A Barra da Cotinguiba e o açúcar: 1840 / 1850*. s. l.: s. n., 1973.

_____. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis RJ: Vozes, 1984.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Espaço, tempo e imagens: a cartografia histórica sustentando análises sobre o sertão baiano. *Espaço & Geografia*, vol. 15, n. 2, p. 283-309, 2012.

ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *História de Sergipe*. 2. ed. Aracaju: s.e., 1967.

BARLÉU, Gaspar. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Concelho Editorial, 2005.

- BARRETO, Aníbal (Cel.). *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- BAVA DE CAMARGO, P. F. Arqueologia da fortificação oitocentista da ponta da Trincheira, barra de Cananéia, SP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 15-16, p. 271-290, 2006.
- BEAUDRY, Mary C. Introduction. In: BEAUDRY, Mary C. (Ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-3, 1988a. (New Directions in Archaeology).
- _____. Word for things: linguistic analysis of probate inventories. In: BEAUDRY, Mary C. (Ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 43-50, 1988b. (New Directions in Archaeology).
- BROWN III, MARLEY R. The behavioral context of probate inventories: an example from Plymouth Colony. In: BEAUDRY, Mary C. (Ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, p.79-82, 1988. (New Directions in Archaeology).
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de 'território' e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 193-234, 2004.
- _____. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX). *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, Paraty, p. 1-14, 2011.
- _____. *Desenho e Designio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011b.
- BURKE, P. Cómo interrogar a los testimonios visuales. In: PALOS, J. L.; CARRIÓ-INVERNIZZI, D. (Eds). *La historia imaginada: Construcciones Visuales del Passado em la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, p. 29-40, 2008.
- CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade*. Aracaju: Regina, 1948.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Vol I. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009a.

_____. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Vol II. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009b.

_____. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.08-22, 2013.

_____. Um novo modelo de defesa territorial: no tempo dos vice-reis. In: Magalhães, Aline Montenegro; Bezerra, Rafael Zamorano. (Org.). *Os vice-reis no Rio de Janeiro: 250 anos*. 1ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 1, p. 92-112 2015.

_____. Reduto. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016a.

_____. Fortim. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016b.

DURAN, Leandro Domingues. *Barcos de papel: arqueologia documental na caracterização das culturas náuticas marítimas e fluviais em Sergipe (séculos XVI-XIX)*. 2013.

DURAN, Leandro Domingues; RAMBELLI, Gilson. Arqueologia subaquática no “umbigo” da Bahia de Todos os Santos. *Habitus*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 89-104, 2015.

FRANCO, Emmanuel. *A colonização da capitania de Sergipe D'El-Rei*. Aracaju, SE: J. Andrade, 1999.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; O Amadurecimento de Uma Arqueologia Histórica Mundial. *Revista de História*, v. 135, p. 164-168, 1996.

_____. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, María Ximena (Orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, p. 107-115, 2002.

_____. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2.e.d., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 81-110, 2010.

GASPAR, M. D. História da construção da arqueologia histórica brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 13, p. 269-301, 2003.

JONES, Siân. Categorias históricas e práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In Funari, Pedro Paulo Abreu; Orser, Charles E. Jr. E.; Schiavetto, Solange Nunes de Oliveira. *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Fapesp/Anablume, p. 27-43, 2005.

LEITE, Anny Larissa; DURAN, Leandro Domingues. *Paisagens náuticas sergipanas – representações iconográficas, imagéticas e cartográficas*. 2015
_____. *Arqueologia documental e cultura náutica nos Arquivos Públicos do Estado de Sergipe – Fase II*. 2016.
_____. *Cultura náutica no Arquivo Público do Estado de Sergipe*. 2017.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, nº 1, p. 225-262, 1993.
_____. Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. *Revista de Arqueologia (Belém)*, v. 5, p. 19-28, 1988.
_____. A Proteção do Patrimônio Arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências. *Revista de Arqueologia Americana*, México, D.F., nº20, p.51-79, 2001.

LINO, Jaisson Teixeira. Arqueologia e patrimônio da guerra: o caso do contestado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, p. 01-10, 2011.

LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Considerações sobre a arqueologia da guerra e do conflito. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia da guerra e do conflito*. Erechim, RS: Habilis, p. 13-21, 2013.

MARTINS, Ana Betânia S. P.; LEAL, Claudia F. Baeta. Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural. *Revista Geografia e Pesquisa*, Ourinhos, v. 9, n. 2, p.29-36, 2015.

MENESES, Paulo Roberto; et al. *Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto*. Brasília: UNB/CNPq, 2012.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (O caso da capitania de Pernambuco -1654-1701)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

- MORENO, Diogo de Campos. *Livro que da razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.
- NASCIMENTO, Airton Ferreira. *Geoprocessamento aplicado a cartografia histórica da Barra do Cotinguiba*. 2018.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Sergipe colonial II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. *Sergipe provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. *Sergipe provincial II: 1840-1889*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 2006.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *Arquitetura militar ou fortificação moderna / escrito por Diogo Sylveyra Vellozo*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2005.
- OLIVEIRA, Nanci Vieira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Contribuições da Arqueologia Histórica para o estudo dos assentamentos costeiros sul-fluminenses. *Revista de História da Arte e Arqueologia (Online)*, v. 19, p. 5-25, 2013.
- ORSER, Charles E. Diferentes visões sobre o que a Arqueologia nos informa; em particular, a arqueologia Histórica. In: *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, p. 59-80, 1992.
- PEDRO Imperador do Brasil; LACOMBE, Lourenço Luiz. *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bom Texto, 2003.
- PARELLADA, Cláudia Inês . Revelando a arqueologia das fortificações no Paraná. *Revista Memorare*, v. 1, p. 141-156, 2013.
- PONTES, Anna Maria de Lira; OLIVEIRA, Carla Mary da Silva . A obra de arte como fonte histórica: Frans Post e sua relação com o Novo Mundo. In: *XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: entre o nacional e o regional*, 2008, Guarabira-PB. *XIII Encontro Estadual da ANPUH História e Historiografia: entre o nacional e o regional*, v. 01, p.01-06, 2008.
- PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns nomes antigos do Aracaju*. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 2011.

SANTANA, Robervan Barbosa de. *Os espanhóis em Sergipe Del Rey*. Aracaju: Info Graphics, 2008.

SANTIAGO, Djalma Guimarães. *A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo Iphan*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

SEASHOLES, Nancy S. On the use of historical maps. In: BEAUDRY, Mary C. (Ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. (New Directions in Archaeology).

SOUZA, Marcos André Torres de. Arqueologia da paisagem e sítios militares, estudo de um forte colonial em Laguna -Santa Catarina, Brasil. *Historical Archaeology in Latin America*, v. 6, p. 113-122. 1995

STONE, Garry Wheeler. Artifacts are not enough. In: BEAUDRY, Mary C. (Ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 68-77, 1988. (New Directions in Archaeology).

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História econômica de Sergipe: (1850 1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

TELLES, M. P. Oliveira; BARRETO, Joao Pereira. *Limites de Sergipe: contra o 1º volume da compilação do Dr. Braz do Amaral, intitulada limites do Estado da Bahia*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919.

UESSLER, Claudia de Oliveira. Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados: um estudo técnico-tipológico. In: *XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 2007, Florianópolis. *XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, 2007.